



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

CAPACITAÇÃO NAS POLÍTICAS OU PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS? A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM QUESTÃO

YOLANDA APARECIDA DEMETRIO GUERRA¹

Resumo: Neste ensaio teórico busco apontar os elementos de contradição entre o que estou chamando de capacitação nas políticas sociais ou a formação (graduada e continuada) para as políticas sociais, considerando que se trata de dois projetos de educação/capacitação. Parto da relação dialética, indissociável e complementar entre trabalho e formação profissional, com ênfase na formação direcionada para as políticas sociais, tendo por referência o perfil de profissional das diretrizes curriculares da ABEPSS e sua política de capacitação continuada. O objetivo é distinguir a capacitação profissional realizada nas políticas sociais e a formação profissional para (a crítica das) políticas sociais, apresentando as possibilidades e os obstáculos destes dois âmbitos da formação.

Palavras-chave: Formação; trabalho; capacitação; políticas sociais; perfil profissional.

Resumen: En este ensayo teórico busco apuntar los elementos de contradicción entre lo que estoy llamando de capacitación en las políticas sociales o la formación (graduada y continuada) para las políticas sociales, considerando que se trata de dos proyectos de educación/capacitación. Parto de la relación dialéctica, inseparable y complementaria entre trabajo y formación profesional, con énfasis en la formación dirigida para las políticas sociales, teniendo por referencia el perfil de profesional de las directrices curriculares de la ABEPSS y su política de capacitación continuada. El objetivo es distinguir la capacitación profesional realizada en las políticas sociales y la formación profesional para (la crítica de las) políticas sociales, presentando las posibilidades y los obstáculos de estos dos ámbitos de la formación.

Palabras clave: formación; trabajo; capacitación; políticas sociales; perfil profesional.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação em situar o exercício profissional no contexto do surgimento das políticas sociais governamentais remonta a década de 1960. Os documentos de Araxá (1967) Teresópolis (1970), registros históricos imprescindíveis ao dimensionamento do processo de renovação da profissão (Netto, 1991), apontam a política social como função do Serviço Social no âmbito da sua macroatuação. Às tradicionais funções preventiva, corretiva e

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <yguerra1@terra.com.br>.

promocional, desenvolvidas junto a indivíduos, grupos e comunidades indicava-se, naquele momento histórico, a integração das funções de administração, planejamento, formulação e execução de serviços e políticas sociais como estratégias ao desenvolvimento social. Nos anos de 1970, no contexto do golpe cívico-militar e empresarial a política social vai se configurando a luz da tecnificação própria do seu modelo tecnocrático e da ideológica do desenvolvimentismo que lhe dá sustentação, donde a ênfase no planejamento e na administração de programas sociais (Cf. Documento, 1986). É importante lembrar que pela mediação das políticas sociais, ainda que em caráter restrito e direcionadas as profissões regulamentadas, o Estado passa a intervir diretamente no enfrentamento das sequelas da chamada “questão social”, incorporando demandas dos trabalhadores, com o que constitui um espaço sócio-ocupacional como mercado de trabalho para assistentes sociais. Nesse entendimento, a relação da “questão social” com a profissão se realiza pela mediação das políticas sociais, que traduzem as formas como tais expressões são historicamente enfrentadas pelo Estado e pela sociedade civil.

Nessa direção, considerando a centralidade da política social no trabalho profissional cabe à formação tanto enfoca-la na sua estruturação interna e determinações históricas quanto problematizar os equívocos de derivar diretamente a gênese do Serviço Social do surgimento e das determinações da “questão social”, pois, como enfatiza Netto, “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (1996, p. 14), o que depende da nova funcionalidade do Estado no atendimento às demandas do capitalismo na sua fase monopolista, as quais abrangem interesses sociais, econômicos e políticos antagônicos, determinação fundamental na interpretação do significado das políticas sociais para o trabalho e para a formação profissional e do seu padrão hegemônico em países capitalistas periféricos e dependentes, de tradição anti-democrática, como o Brasil.

Além dessa determinação fundamental no entendimento da “questão social” e dos vínculos genéticos entre Serviço Social e um padrão de

enfrentamento da “questão social” no nosso país pela via das políticas sociais, é preciso problematizar a relação (e confusão) entre a profissão e a política social. Historicamente as instituições, os gestores, a sociedade em geral (e até alguns de nós), identificam e confundem Serviço Social com as políticas sociais, especialmente com a de Assistência Social, o que tem sido objeto de debates no interior da categoria e resultado em uma rica produção técnica e bibliográfica.

Nessa linha de argumentação, dentre os enormes desafios que temos a enfrentar, tanto no que se refere ao trabalho quanto à formação profissional, a capacitação **para** e **nas** políticas sociais é um deles.

Neste artigo busco apontar os elementos de contradição entre o que chamamos de formação para as políticas sociais e capacitação nas políticas sociais.

Para desenvolver meus argumentos, parto da relação dialética e complementar entre trabalho e formação profissional e da indissociabilidade entre dimensão interventiva e investigativa, mas com ênfase na formação direcionada **para** políticas sociais. Defendo uma formação que subsidie e qualifique a intervenção profissional e nos prepare para a construção de estratégias que enfrentem os limites postos na estrutura da sociedade burguesa, permitindo uma inserção qualificada e crítica no âmbito das políticas sociais, capaz de captar seus fundamentos, suas determinações e impactos no exercício profissional. Para tanto, é preciso entender por meio de que mediações as determinações estruturais se conectam com o cotidiano do exercício profissional e lhe colocam muitos desafios. Também há que se interpretar corretamente a configuração das políticas sociais e seus impactos nas particularidades da profissão.

O objetivo deste ensaio é distinguir dois projetos de formação: a capacitação profissional **nas** políticas sociais e a formação profissional (graduada e continuada) **para** as políticas sociais. Buscarei apresentar as possibilidades e os obstáculos destes dois âmbitos da formação no contexto das Políticas de Seguridade Social. Aqui problematizo os espaços de formação **na** Política de Seguridade Social e a escassez de espaços de formação **para** a (crítica da) Política Social.

Nessa direção, enfatizo a necessidade de uma formação que permita desvelar os fundamentos da sociedade capitalista e das políticas sociais fragmentadas, pontuais, focalista, assistencializadas, clientelistas, como particularidade da nossa sociedade, procedimento prévio a uma intervenção pratico-critica.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A formação graduada: a política social como matéria, o perfil e as competências profissionais

Entendemos que as diretrizes curriculares elaboradas pela categoria profissional e aprovadas na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, em dezembro de 1995, na condição de Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional se consubstanciam em um projeto de formação e, articuladas a outras referências acadêmico-profissionais, jurídicas e políticas, se constituem em patrimônio histórico legado as novas gerações de profissionais. Neste sentido, nos parece correto afirmar que as novas gerações nem sempre possuem referências para dimensionar os ganhos daquele tempo histórico, quando se dá o salto sobre construções tradicionais e cristalizadas na profissão, tais como os chamados métodos de caso, grupo e comunidade, até hoje presentes em quase todos os demais países da América Latina.

Por essa razão é fundamental resgatar as diretrizes curriculares, a lógica que orienta a formação, o perfil de profissional que se espera formar e suas competências.

Trata-se de um perfil intelectual “que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (ABESS, 1996). Além das exigências de responder a sua área de competência, dele se requisitam compromissos com valores sociocêntricos e humano-genéricos.

Para tanto, a formação se estrutura a partir de três núcleos de fundamentação estreitamente articulados entre si, os quais indicam o próprio

movimento da realidade que vai do maior nível de abstração para as determinações singulares dos processos sociais, e destas na direção de fazer o caminho de volta, pela via das mediações, num processo de totalização como já ensinado por Marx (1983) ao tratar do movimento do pensamento na direção de captar o movimento do real².

Nessa direção, os conteúdos dos núcleos de fundamentação não são aleatórios. Ao tomar a vida social, a ética e a política na sua condição de universalidade e os homens e mulheres como seres sociais que produzem e reproduzem sua vida material e espiritual pelo trabalho, através do que fazem a história, percebemos que estes seres só se explicam em contextos particulares, seja num determinado tipo de sociedade pautadas em relações econômico-sociais e políticas que funda uma sociabilidade determinada que põe demandas para o surgimento, reconhecimento e legitimidade das profissões. Tal particularização se realiza na medida em que se busca as particularidades de determinada região geopolítica, que sob determinadas condições econômicas, sociais, políticas e culturais configuram o solo histórico que instaura o surgimento do Serviço Social sob condições sócio-históricas e dota-lhe de um significado, também ele histórico. Como consta nas diretrizes, é preciso particularizar a realidade brasileira, “na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABESS, 1996).

Neste conteúdo se aborda o Estado brasileiro e suas particulares formas de enfrentamento da chamada “questão social” na sua relação com a sociedade civil; a mediação das políticas sociais e seus desdobramentos.

Não obstante, é preciso aprofundar no nível de particularização, posto que as profissões, e aqui se trata de pensar o Serviço Social, ao se inserirem na divisão social e técnica do trabalho, respondem a necessidades sociais, atendendo ou não de maneira direta e/ou imediata as suas requisições sócio-

² Estamos nos referindo aos Núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

profissionais e políticas e construindo respostas a elas sob a orientação de projetos de profissão e de projetos de sociedade. Trata-se aqui de discutir a relação entre esses projetos, através das perguntas: o que fazer, por que, para que, quando, onde, com que meios e/ou estratégias e táticas, instrumentos e técnicas. Assim é que as racionalidades que orientam a profissão e se expressam pela mediação da sua instrumentalidade se constituem no foco deste nível de particularização dos fundamentos do trabalho profissional e suas formas de pensar (GUERRA, 1995).

Com esse entendimento, as diretrizes da ABEPSS remetem a um determinado conteúdo que se organiza em termos de matérias e que são comuns a algumas disciplinas. Cabe nesse momento, para efeito de adensar a nossa argumentação, de resgatar os conteúdos da matéria *Política Social*. Segundo as diretrizes os conteúdos relativos a essa matéria são:

As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho (ABESS, 1996).

Nota-se que se trata de conteúdos amplos relacionados aos fundamentos das políticas sociais, os quais precisam ser particularizados nas disciplinas e permanentemente articulados a constituição da profissão no contexto sócio-histórico em que surge e se desenvolve. Citamos aqui, por exemplo, que a fundamentação da política social deve se particularizar em disciplinas que tratam da gênese, desenvolvimento e contemporaneidade do Serviço Social brasileiro, latino americano e mundial, também chamadas de fundamentos históricos e teórico-metodológicos (FHTM), nas disciplinas de administração e planejamento, nas disciplinas de estagio supervisionado, dentre outras.

Com isso defendemos que a formação graduada é responsável por priorizar no debate das políticas sociais, dos seus fundamentos e das particulares requisições que pela sua mediação os diversos espaços laborais

fazem à profissão visando a conformação de um perfil de profissional crítico que esteja apto a apreender os fundamentos de determinadas políticas sociais e de desenvolver competências de: “formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais” (ABEPSS,1996).

A dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem deixado lacunas na formação profissional fazendo com que o trato teórico da política social se mantenha num nível de abstração tal que não permite que se percebam as mediações que conectam a sua leitura crítica à uma prática profissional crítica. Faz-se necessário que a formação profissional crie condições para que os profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da política social, que tem que ser analisada como espaço laboral, com todas as suas determinações e contradições.

2.2. A formação continuada: os desafios da formação *na* Política e *para* a Política

O referencial teórico que adotamos nos permite afirmar que na sociedade burguesa a lógica mercadológica invade as diversas esferas e converte tudo em mercadoria, de modo que têm sido cada vez mais recorrentes os estudos que mostram a educação não apenas no processo de reprodução ideológica do capital, mas participando ativamente do seu processo de valorização, desvelando os vínculos estreitos entre as políticas educacionais e as necessidades de auto-valorização do capital, o que ocorre em vários níveis. A educação tem sido um grande objeto do desejo dos capitalistas³.

A conveniência de se criar uma cultura de educação permanente também vem ao encontro dos interesse do capital na medida em que essa cultura alimenta um mercado caro através de uma ampla diversificação de cursos (os MBAs, especialização, atualização, posgraduação lato e stricto sensu) de

³ Ver artigo da Revista Exame: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/tecnologia-para-educacao-movimenta-mais-de-r-45-bilhoes-e-gadgets-ganham-espaco>. acessado em maio de 2018.

qualidade tanto variável quanto questionável, e, nesse caso, cito os mestrados profissionais⁴.

Do mesmo modo, é preciso também ter em conta que, em razão da natureza das demandas institucionais oferecidas no mercado de trabalho profissional, a formação nas políticas, através do estágio supervisionado, das residências⁵ ou cursos e programas de capacitação, muitas vezes se convertem em treinamento; a capacitação vira um emprego sem vínculo e mal remunerado ou torna-se meio de utilização de mão de obra que atende meramente as necessidades do próprio serviço. Por isso é importante fazer a distinção entre capacitação e educação⁶.

Em contraposição, temos a alternativa da educação permanente como uma política pública, a exemplo da Saúde e Assistência Social. Nessa política, sendo a educação um componente estratégico da gestão, entendemos que ela dá suporte e pode ser reivindicada quanto à exigência de melhor qualidade nos processos formativos, nos serviços que se constituem em estágios profissionais⁷ e especializações em serviços, residências multiprofissionais ou em saúde, como já mencionado. Nestas experiências de **capacitação nas políticas sociais** os processos de educação continuada encontram um campo muito fecundo. Não casualmente, os governos municipais e estaduais têm formulado políticas chamadas de “educação permanente”, especialmente em Saúde e

⁴ Também, para enfrentar essa tendência, as entidades da categoria formularam conjuntamente uma Política de Educação Permanente, “voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as” (CFESS, 2012).

⁵ No âmbito das residências em saúde ou multiprofissionais faz-se necessário um acompanhamento direto das unidades de ensino e da ABEPSS, no que diz respeito à averiguar se se trata de formação e qualificação ou de inserção precarizada no mercado de trabalho e sub-emprego. Não casualmente as entidades ABEPSS e CFESS vêm pautando o tema em várias oportunidades, na perspectiva de buscarem subsídios à construção de estratégias coletivas em relação às Residências Multiprofissionais em Saúde. Estes cursos se convertem também em curso de especialização. Não haveria problema se não fosse pelo fato de que a residência gera dupla titulação e 80% dessa capacitação esta amparada em atividades práticas. (Dados da Oficina Nacional de ABEPSS, UERJ, 2015).

⁶ Há um debate qualificado sobre o tema no documento “Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS, 2012, na parte elaborada pela ABEPSS.

⁷ Aqui se coloca a problemática do estágio nas políticas de Seguridade Social. Ele expressa as precárias condições nas quais o trabalho profissional se realiza. O que se vê é que, em inúmeras instituições, as condições em que se realizam os estágios são muito questionáveis. Os profissionais têm dificuldades de realizar a supervisão por falta de espaço físico, tempo, recursos materiais, fragilidades da própria formação, ausência de autonomia, etc.

Assistência Social, que voltados para uma aprendizagem no trabalho e diretamente para atender as suas demandas, são direcionados para a rede de serviços. Tais iniciativas visam à formação de perfis profissionais para a política. Porém, consideramos esse princípio um risco e um equívoco, devendo ser fortemente contestado por duas razões. A primeira, porque o modelo da política que ai está não atende aos critérios e níveis que as entidades da categoria historicamente vem defendendo. Ao contrário, o modelo de política social dista muito do padrão pelo qual a categoria profissional lutou e vem lutando⁸. O segundo porque **nenhum profissional tem que ter o perfil da(s) política (s) na qual atual, mas o perfil que corresponda ao projeto da sua profissão.**

Como mencionado, o modelo de política social dista daquele pelo qual segmentos da classe trabalhadora, entidades profissionais, movimentos sociais, sindicais e alguns partidos políticos vêm lutando historicamente. Isso porque esse modelo se configura como políticas emergenciais, paliativas, de atendimento imediato, focalizadas, fragmenta as necessidades sociais, realiza-se através de programas de transferência de renda e redução de danos e, no limite, mantém medidas disciplinadoras e de natureza higienista. E mais, mesmo com essa configuração, ou por causa dela, a Política de Assistência Social, por exemplo, se arroga a função de enfrentamento e diminuição das desigualdades sociais⁹, de estimular o desenvolvimento social, por considerarem que elas permitem a inclusão do usuário e de sua família. Como argumenta Ana Elisabete Mota (2008), “a assistência social assume a condição de uma política estruturadora e não mediadora de acesso a outras políticas” (p. 138) o que faz

⁸ Ver Carta de Maceió, CFESS, 2000.

⁹ Quero aqui evidenciar essa tendência de transformar a Assistência Social “num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” tão bem argumentada por Mota (2008, p. 134), porque entendo que aqui se põe uma diferença entre tendências de intelectuais que se encontram no *campo progressista que se professam marxistas e os que, de fato, se orientam pelo referencial teórico-metodológico de Marx, interpretando fielmente sua proposta de sociedade*. Certamente ambos coincidem em alguns pontos da análise macroscópica, no que diz respeito à gênese da pobreza e a lógica do capital, mas diferem substancialmente quanto a programática de intervenção social e, fundamentalmente, sobre o significado das políticas sociais, em especial, da Assistência Social, mesmo que esteja cada vez mais evidente o estatuto que ela assume na atualidade e os interesses instrumentais da burguesia em relação a ela (op. cit.).

dela um mito social, pela sua condição de ideologia e prática política (idem, p.141).

Outro debate que precisa ser feito é que na centralidade da Política de Educação Permanente como parte das políticas de seguridade social estão os trabalhadores. Porém, se não se considerar as condições e relações de trabalho, a existência ou não de recursos materiais e financeiros, de estabilidade, de plano de cargos e salários, corre-se o risco de atribuir a responsabilidade pelos insucessos da política social aos seus trabalhadores, que, ao fim e ao cabo, acabam sendo considerados obstáculos à sua realização, supostamente por não serem suficientemente aptos, comprometidos, interessados e/ou preparados, etc.

As políticas sociais devem contemplar o conhecimento técnico-científico das profissões envolvidas e não pautar esse conhecimento. Devem contemplar as atribuições e competências para as quais as profissões foram formadas e não definir atribuições e competências ou impor as respostas que as profissões devem dar às demandas institucionais. Para que um profissional possa contribuir para a resolutividade das ações programáticas e emergenciais necessita reunir determinadas características, deter determinados conhecimentos, dominar determinados instrumentos, pautar-se em determinados valores e, fundamentalmente, ter certo grau de autonomia profissional.

Em que medida os conteúdos das políticas sociais tem se tornado o conteúdo da profissão ou das profissões é uma preocupação que deve nortear as pesquisas.

Algumas delas têm mostrado que as políticas sociais estabelecem normas, procedimentos, padrões técnico-operativos, instrumentos e, também, é claro, valores. A incidência da lógica das políticas no trabalho profissional se vale dos sistemas, cuja aparência de neutralidade dá ao profissional segurança e ilusão necessárias de “estar realizando” seu projeto profissional com competência, porque sintonizado aos resultados esperados, estabelecidos nos manuais e normas operacionais.

Não é causal que as políticas sociais, especialmente as de Seguridade Social, trabalhem com concepção de sistemas e apresentem orientações de

práticas pretensamente neutras e burocrático-formais que realizam um enquadramento do profissional. Tributa-se ao biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy (1901-19762), a sistematização de uma Teoria Geral dos Sistemas (TGS), cujos fundamentos vêm orientando a organização das políticas sociais.

Claro que é necessária a pesquisa obstinada, percuciente sobre o tema, que apreenda os fundamentos das políticas e sua vinculação as diversas variações da teoria dos sistemas¹⁰.

Porem, numa apreciação ainda que inicial, nota-se que as Políticas de Seguridade Social apropriam-se de todas as terminologias da Teoria Sistêmica, sem a ela se reportarem diretamente. Cito algumas, dentre muitas: *interdependência recíproca, integração de ações, conectividade, ordenação, integralidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, sinergia, resiliência, redes sociais, micro e macro sistemas*. Nessa abordagem, as políticas sociais se constituem em sistemas dentro do sistema social e como tal necessitam de coordenação, articulação, integração das partes, numa determinada direção¹¹. Nesta concepção, a divisão sócio-técnica do trabalho, caracterizada pelas diversas profissões e saberes que as particularizam, é “unificada” através do processo de integralização dos saberes, que é a base do enfoque sistêmico, tido como uma ferramenta útil para se alcançar eficácia e eficiência, critérios, aparentemente, de natureza técnica e supostamente neutros.

Além do fato de que na sua base de fundamentação as políticas sociais se valerem da Teoria Sistêmica, sendo considerada a única capaz de interpretar as organizações complexas, a Assistência Social recebe influxos da terapia familiar e ai outros autores são referencia na perspectiva de atribuir à família a centralidade dos programas sociais e a incorporação do conceito de redes

¹⁰ Por sistemas, a teoria sistêmica entende um conjunto de partes integradas que se relacionam entre si, que cumprem uma função e possuem uma unidade. Fala-se em sistemas fechados e abertos, estes em permanente relação com o ambiente (território), mas a grande contribuição de Bertalanffy e seus seguidores foi a de pensar que as organizações funcionam como sistemas e nelas deve haver a unificação entre saberes. Utilizam-se de muitos conceitos da Física. Mas a questão central posta pela Teoria Sistêmica é a integração das diversas ciências naturais e sociais. Prevê uma unificação de saberes e interação recíproca entre sistema e meio (território).

¹¹ A teoria dos sistemas considera que todo sistema possui os mesmos componentes, quais sejam: entrada, processamento, saída, avaliação e ambiente (território).

sociais¹². Nesse entendimento, a centralidade das políticas está na família e nos vínculos interpessoais dos indivíduos na perspectiva de construir uma rede social de apoio a suas necessidades¹³. Alguns autores ainda falam em rede micro e macro societária que seriam os programas, unidades, equipamentos.

Nem é preciso insistir no fato de que tais referências são totalmente estranhas a nossa formação profissional. Pautam-se em referenciais teórico-metodológicos profundamente ecléticos e muito distintos dos conteúdos que orientam nosso projeto de formação profissional. O que é de se estranhar é que na abordagem das políticas sociais, muitas delas tendo na sua formulação a interferência de assistentes sociais, não há qualquer menção à chamada “questão social”. Porém, no que se refere à política de assistência, os princípios do nosso código de ética são muito semelhantes aos princípios dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁴. Uma rápida busca do material que tem servido de orientação às políticas mostra que não há uma problematização sobre as diversas concepções de famílias, mas apenas apresentam noções de terapia familiar, ou seja, conhecimentos instrumentais, noções de disciplinarização, numa pedagogia de domesticação dos pobres: nada novo nem original.

Cabe observar que as políticas sociais sugerem metodologias como garantia da sua própria execução. Tais metodologias e instrumentos do trabalho profissional, que já vêm previamente definidos, na maioria são utilizados indistintamente por vários profissionais. Aparentemente trata-se de metodologias descoladas de referências teóricas e de um método.

Mas, ao contrário, estão fundamentadas em vertentes positivistas e neopositivistas. Nota-se que **nenhuma das metodologias indicadas nas**

¹² Alguns estudos mostram que o conceito de redes sociais tem origem na Antropologia Social, surgindo especialmente a partir da etnografia de Lévi-Strauss na década de 40. A este respeito ver o artigo de Silva, Fialho Saragoça et alii. publicado na Revista Angolana de Sociologia. Disponível em: <http://ras.revues.org/361>. Acesso: junho/2018.

¹³ Vários artigos que tratam do assunto remetem a produção de John Barnes, antropólogo britânico indicado como o primeiro a utilizar, em 1954, o conceito de rede social (social network). Outro autor que tem sido referenciado nessa abordagem é Urie Bronfenbrenner, psiquiatra e terapeuta familiar que trabalha com redes sociais com vistas a uma “abordagem ecológica em estudos com famílias”. (Cf. Silva et alii, op. cit.). Um importante autor contemporâneo é Carlos E. Sluzki que escreve um livro sobre terapia familiar na prática sistêmica, o qual apresenta uma dinâmica dos processos na interface entre indivíduo-rede social.

¹⁴ Cf. a dissertação de mestrado Carraro, 2011.

políticas sociais¹⁵ vai na direção de captar o objeto no seu movimento e processo de totalização, nenhuma delas enfatiza a necessidade de desvelar os interesses contraditórios e as demandas antagônicas que se expressam mesmo na aparente identidade entre demanda institucional e demanda do usuário. Nenhuma delas põe no centro as contradições, como movimento da realidade, nem evidencia as mediações constitutivas da particularidade como a dimensão da realidade na qual se localizam as determinações do trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. Não há qualquer menção quanto à necessidade de desvelar a realidade e suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas, culturais, subjetivas. Assim, acabam se constituindo em metodologias que não estão amparadas na Teoria Social Crítica que é (ou deveria ser) a tendência hegemônica da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros .

Frente ao risco de uma formação na política que seja restritiva a *treinamento de como fazer* ou na direção de construir o *perfil de profissional para a política*, entendemos que há que se buscar a educação continuada que vá além das demandas do mercado e que não dilua os conteúdos concretos da nossa formação profissional.

Se é a política social que vem pautando imediatamente o exercício e quer pautar mediamente a formação profissional, faz-se necessário que ela seja apropriada a partir dos fundamentos que a constituem e, ao mesmo tempo, que seja captada a partir das demandas e requisições sócio-profissionais e políticas que vem impondo às profissões. Esse é pré-requisito para que os formadores possam enfrentar o fetiche que as metodologias e as pautas de como fazer exercem sobre as profissionais.

Por outro lado, é preciso evidenciar o potencial que tem a formação (crítica) *para* a política social. Ela pressupõe uma articulação entre espaço acadêmico e profissional, preservando os limites e possibilidades de ambos.

¹⁵ Cito alguns desses métodos: na Saúde, o chamado Método do Arco (SUS) que é uma metodologia de problematização que se propõe a superação de conflitos. Na política de Assistência Social (municípios e estados) as metodologias de Terapia de Família, Grupo ECRO (Esquema conceitual Operativo), Mediação de Conflitos, todas elas com enfoque comportamentalista.

A formação para a política social tem na pós-graduação lato e stricto sensu uma maneira de qualificar a própria política. No que diz respeito à pós-graduação stricto, nossa área na Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES incorpora a das Políticas Sociais. Isso também mostra nosso vínculo estreito com as Políticas Sociais. Nossas pesquisas e produções acadêmico-científicas fornecem subsídios a formulação, ao planejamento, a execução e a avaliação das Políticas Sociais.

Há, também, que se aproveitar dos diversos espaços de formação para as Políticas Sociais já constituídos, tais como, cursos promovidos pelas entidades e eventos. A participação de assistentes sociais nas comissões dos CRESS, Comissão de Ética, nos Fóruns de Estágio são inserções que permitem ricas experiências e aprimoramento intelectual. A própria atividade militante em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e nas entidades da categoria é de uma riqueza inquestionável para nos qualificar no âmbito das políticas sociais¹⁶.

Amparados na legislação, no que tange a já mencionada Política de Educação Permanente, os trabalhadores das políticas sociais se valem da possibilidade que ela encerra de desenvolverem atividades de apoio e organização aos movimentos sociais, apoio às lutas sociais e a educação popular em saúde, assistência e previdência.

A formação para a Política tem que permitir construir uma outra visão de homem e mundo que transcenda a fragmentação entre indivíduo e sociedade. Deve nos permitir, por exemplo, questionar profundamente a forma de interpretar a relação com o usuário. É certo que se o concebemos como vulnerável corremos o risco de estabelecer com ele uma relação de tutela, de superioridade, de poder. etc.

Se é verdade que a formação teórica e política nos ajuda a captar os fundamentos teórico-metodológicos presentes na estruturação das políticas, a

¹⁶ Defendemos a necessidade de se ampliar a oferta de cursos de especialização *lato sensu*, especialmente em unidades de formação acadêmicas públicas, aumentando a *oferta de cursos gratuitos* e que atendam as reais demandas e necessidades dos profissionais.

formação ético-política nos permite construir uma visão sóciocêntrica do mundo em confronto com a hegemônica visão egocêntrica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa reflexão pretendemos demonstrar a riqueza de possibilidades que as políticas sociais, enquanto espaços laborais, possuem no que se refere à produção de conhecimento e saberes interventivos. Não obstante, os fatos empíricos nos vem demonstrando que corremos um risco iminente: de perdermos **nosso projeto de formação profissional para as políticas sociais**, já que as mesmas tem balizado o exercício profissional de diversas profissões.

Ora, a apreciação que fazemos das políticas sociais não pode estar desconectada da teoria social que nos ilumina e que se encontra na base da nossa formação, intrinsecamente articulada ao projeto ético-político profissional. Nessa perspectiva, não pode haver incoerência, inconsistência ou fratura entre análises teóricas e programáticas de intervenção. A já bastante problematizada ameaça ao nosso projeto ético-político se expressa também numa fratura entre sujeitos profissionais do campo progressista. A difícil realidade que estamos enfrentando tende a flexibilizar o projeto e em seu nome admitir posturas modernizadoras, reformistas e/ou que reivindicam a humanização do capitalismo.

Na contraposição desse relativismo em se considerar a história cabe mencionar o amadurecimento da nossa produção no campo da saúde que conseguiu explicitar as diferenças entre dois projetos: o do projeto privatista e o da reforma sanitária¹⁷.

Defendemos que cabe aos trabalhadores das políticas de Assistência e da Previdência Social se espelharem nessa rica e profícua iniciativa. É preciso ter claro as diferenças de projetos, como referido nas primeiras paginas deste

¹⁷ Bravo e Matos (2009) mostram a distinção entre as requisições postas aos assistentes sociais pelo projeto privatista no confronto com o projeto da reforma sanitária: "seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psicossocial através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais

ensaio, pois, como nos ensina Frigotto (2001) é possível uma educação profissional que promova a emancipação política dos sujeitos sociais. Porém, estamos certas de que isso somente pode ocorrer se a nossa produção bibliográfica puder explicitar que há diferenças tênues e gritantes de projeto profissionais sempre em disputa. Tais diferenças se expressam na maneira de considerar não apenas a gênese e o surgimento do Serviço Social, mas, especialmente, sua natureza, seu estatuto de legitimidade, sua relação com as teorias sociais e sua funcionalidade social.

Estou convencida de que os conteúdos curriculares das Diretrizes permitem a análise crítica dos fundamentos das políticas sociais, especialmente da política de Seguridade Social. É preciso que a pesquisa adense tais conteúdos sendo incorporada a eles, mas também é preciso que a pesquisa sócio-histórica apreenda as demandas, requisições, requisitos, requerimentos e respostas profissionais e políticas dadas no e pelo exercício profissional no âmbito das políticas. Não obstante, parece-nos que ainda há uma fragilidade na formação que não vem permitindo uma instrumentalidade de novo tipo (GUERRA, 2015), posto que não se trata do ensino do manuseio de instrumentos e técnicas, mas de uma instrumentalidade que seja capaz de indicar a coerência entre a consciência dos fins ético-políticos e as possibilidades dos meios prático-interventivos relacionada a um serviço social crítico da ordem social.

Para finalizar resgatamos o papel dos sujeitos individuais e coletivo. O conjunto CFESS/CRESS, mantendo a firmeza de seus princípios, sua autonomia e direção estratégica; a ABEPSS, entidade que está na vanguarda de uma concepção de educação integral e das lutas por um projeto de educação voltado para a construção de outra forma de sociedade, o movimento estudantil, se constituindo em protagonista na qualificação da formação, contribuindo na definição do perfil profissional, do modelo de pesquisa, do projeto pedagógico que pretendem. Da mesma maneira, é imprescindível repensar o papel e a importância dos docentes, que necessitam de plenas condições e relações de trabalho e nestas, que não subsista qualquer forma de opressão, assédio, constrangimento.

Sem nossa mobilização na direção de tais princípios e bandeiras de luta, nosso projeto irá do abstrato para o abstrato sem sair do abstrato (Menezes, 1993).

REFERENCIAS

BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria Geral dos Sistemas**. São Paulo: Vozes, 1975.

BRAVO, Maria. Inês. S; MATOS, Maurilio. C. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 197-217.

CARRARO, Gissele. **As pesquisas avaliativas de políticas sociais públicas: um estudo sobre a metodologia do trabalho com famílias no SUAS**. 2011. 226 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. Documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora/CBCISS, 1986.

CFESS. **Diretrizes Curriculares curso de Serviço Social**. <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS**. Brasília, 2012.

_____. **Carta de Maceió**. Maceió, 2000. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun, 2001.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Apresentação à 10ª. Edição. In: _____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez: 2015.

_____. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência

profissional: significado, limites e possibilidades. In: CRESS 7^a. Reg. (Org.) . **Projeto ético-político profissional e exercício profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2013. p. 123-135.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Em busca da teoria: políticas de assistência pública**. São Paulo: Cortez, 1993.

MOTA, Ana E. A centralidade da Assistência na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTTA, A. E. (Org.). **O mito da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. et al. A tendência da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: _____. (Org.). **O mito da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

REVISTA EXAME. Tecnologia para educação movimenta mais de R\$ 45 bilhões e gadgets ganham espaço. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/tecnologia-para-educacao-movimenta-mais-de-r-45-bilhoes-e-gadgets-ganham-espaco>>. Acessado em: 05 maio 2018.

SILVA, Carlos Alberto da; Joaquim, FIALHO; José SARAGOÇA, Análise de redes sociais e Sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, Portugal, v. 11, 2013. Disponível em: <<http://ras.revues.org/361>>. Acesso em: 15 jun. 2018.